



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 15

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 30-06-2010

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Celme Cristina de Jesus Tavares, e António Manuel Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, e Telmo Vieira Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, e Celme Cristina de Jesus Tavares, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰², deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2 - Declaração de Interesse Municipal e Benefícios Fiscais – Motomig,lda.

Ponto 3 - Apresentação Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da UTMB

Ponto 4 - Discussão Parque Sustentabilidade - Petição

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 12 – Sessão Ordinária de Abril - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 13 – Sessão Ordinária de Abril - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 14 – Sessão Ordinária de Abril - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor e cinco abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰³ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe *Jorge Miguel Almeida de Jesus*⁰⁴, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais da Escola EB1 da Glória, que veio expor um assunto relacionado com a EB1 da Glória, e da necessidade de intervenção no edifício e que futuro para a mesma Escola.

(Entretanto entraram na sala os Vogais Carlos Mário Magalhães Anileiro e Sésando Alves dos Reis)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste Período de Intervenção do Público, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa⁰⁵

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁶

Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁷

Presidente da Mesa ⁰⁸

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁹

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰¹⁰

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰¹¹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰¹²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰¹³

Presidente da Mesa ⁰¹⁴

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁵

“Querida fazer duas interpolações à Mesa, se me permite. Uma questão que foi aqui levantada pelo meu camarada António Salavessa, no entanto queria voltar a repetir porque acho que é uma função da Mesa fiscalizar os documentos que são distribuídos.

E portanto, na matéria que se prende exactamente com a Comunicação do Senhor Presidente, o nosso Regimento diz exactamente aquilo que diz na Lei e diz quais são os elementos que devem constar da informação Escrita do Presidente da Câmara.

E da informação Escrita prestada pelo Presidente da Câmara devem constar obrigatoriamente as seguintes matérias: a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal e os resultados obtidos nas associações e federações do município, nas cooperativas, fundações, e outras entidades de cariz não empresarial — designadamente ao nível do seu envolvimento nessas entidades e quais os efeitos ou frutos que daí advém.

Deve ainda constar a actividade desenvolvida pela Câmara nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económica ou financeira. Devem ainda constar o saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a Fornecedores, bem como a situação financeira do município.

Ora, a informação escrita a que se refere o número deste artigo, deve ser acompanhada dos elementos que propiciam uma compreensão e análise crítica da mesma.

O que acontece é que efectivamente esta matéria não está a ser cumprida.

De facto, pelo menos uma vez por ano, deveriam constar estes elementos para se entender qual é a participação da Câmara nas empresas municipais — embora a Lei obrigue que em todas as Comunicações devem constar as apreciações que aqui estão referidas.

Por outro lado há aqui outras questões que têm a ver e que se prendem com notícias que têm sido de certa maneira divulgadas pela imprensa. Eu lembro-me nomeadamente as questões que têm a ver com a EMA. Questões que têm a ver com a Moveaveiro — consta-se para aí de uma hipotética privatização/concessão da Moveaveiro, como uma série de situações que não estão referidas neste documento.

Nesta situação portanto parece-nos que não está a ser cumprido aquilo que é exigido no regulamento e por isso chamamos a atenção da Mesa exactamente sobre esta questão.

E referimos talvez como mais importante, a questão que tem a ver com as questões financeiras.

Por exemplo, em Junho do ano passado referia-se que relativamente à evolução do Passivo, o montante total da dívida exigível era de cento e quarenta e um milhões quatrocentos e treze mil novecentos e vinte e um; dívidas a Terceiros.

Agora na Comunicação só ficamos a saber o valor do Passivo — que é bastante mais alto do que em Junho do ano passado, que são cento e cinquenta e três milhões quatrocentos e trinta e três mil duzentos e quarenta e seis!?

Portanto sem a especificidade que é obrigatória por Lei, não podemos avaliar com clareza se efectivamente a dívida aumentou ou diminuiu.

A segunda interpelação que faria à Mesa e que depois darei seguimento sobre a forma de requerimento prende-se com um dos aspectos que é fundamental para a análise dos diversos pontos desta Assembleia, que é o conhecimento do que se vai passando no município! E sobre esta matéria um dos documentos fundamentais para as nossas análises são as actas da reunião do executivo camarário. Acontece que a última acta que está na internet é de 18/03/2010!?! Notoriamente atrasada. Perante esta situação e porque foi retirada a entrega em formato de papel das actas — o que de certa maneira é lógico e é aceitável, mas não é aceitável que as actas não estejam em dia.

E o estar em dia não é exactamente ao dia, mas pelo menos com 15 dias de antecedência da Sessão da Assembleia desde que aprovadas. Portanto quero apresentar um requerimento à Mesa no sentido de na impossibilidade de se regularizar esta situação na internet e serem entregues pelo menos uma cópia das actas a cada grupo parlamentar com actualização de até 15 dias antes da Sessão da Assembleia, desde que aprovadas. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa [016](#)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa [017](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [018](#)

Presidente da Mesa [019](#)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou ler um pequeno texto que fiz hoje à tarde e que se prende com a situação social portuguesa que se vive hoje. E a situação social que hoje se vive em Portugal é preocupante! Com uma crise há muito anunciada, originária de uma desmesurada protecção a uma economia de casino, que beneficiando à tripa forra os habilidosos do mercado vai-se afundando cada vez mais a esmagadora maioria da população.

São inúmeros os casos de pobreza escondida. Mas estão a tornar-se alarmantes os casos de pobreza visível. Perante esta situação competiria aos governantes deste país enfrentar as dificuldades e tentar minorar a pobreza, permitindo uma mais justa distribuição da riqueza. No entanto, vamos sistematicamente deparando-nos com medidas bem mais gravosas, que ainda mais dificultam o viver daqueles que já têm poucos recursos.

Dos mais de setecentos e trinta mil desempregados, cerca de metade destes vão ficar sem qualquer apoio e os restantes vêem pioradas ainda mais as regras de atribuição do subsídio de desemprego.

No que respeita ao rendimento social de inserção, reduz-se o montante da prestação e acaba-se com todos os apoios complementares a grávidas, pessoas com deficiência e idosos com elevada dependência!? Em vez de se combaterem as situações de fraude e abusos que perpassam para alguns beneficiários desta prestação social, aproveita-se o populismo demagógico da direita que inclui todos os beneficiários no mesmo saco e retira-se mais um bocado àqueles que já pouco têm.

Um conjunto vasto de preocupações sociais, para além do subsídio de desemprego, como o apoio à natalidade, acção social escolar, participação em medicamentos e pagamento de taxas moderadoras, o apoio à habitação social, são combatidos através da alteração das regras de atribuição reduzindo-se assim em duzentos milhões o gasto em apoios essenciais. E isto mais uma vez sem se fazer o combate sério às fraudes e aos abusos.

E não bastasse o atrás dito, deparamo-nos agora com a colocação como rendimentos, de bolsas de estudo ou de formação, pensões por acidentes de trabalho e doença profissional, renda apoiada ou renda social ou a posse de um pequeno terreno agrícola, onde o próprio pratica uma agricultura de subsistência.

Ao serem considerados rendimentos impedem os apoios anteriormente existentes, quando por exemplo na participação em medicamentos. Com estas medidas e outras, nomeadamente o aumento de IRS em particular os escalões mais baixos agravam-se e as condições de vida, dos que têm menos recursos. Aliás, bem como com o aumento do IVA que origina a redução da competitividade das empresas portuguesas e da própria economia e agrava de sobremaneira a situação de todos aqueles que necessitam dos bens de primeira necessidade. Mas para a recuperação financeira que estas medidas dizem conseguir havia outros caminhos. Caminhos que foram apresentados pelo PCP na Assembleia da República. Em vez de se sobrecarregar mais uma vez os que já pouco lhes têm para tirar, há que anular rendimentos vultuosos, lucros fabulosos, gastos supérfluos, pelo menos em tempos de crise.

O PCP propôs que se onerassem as transacções bolsistas em 0,1%. Que se cobrasse 25% de IRC à Banca tal como paga qualquer pequena empresa deste país. Que se taxem os carros de luxo, os iates e os aviões particulares. Que se aumente a taxa de imóveis com um valor superior a 1,2 milhões de euros. Que se onerem em 20% as transferências para os paraísos fiscais. Estas e outras medidas a serem levadas a cabo até 2013 e incidindo sempre sobre quem mais pode e não sobre quem já definha, traduzir-se-iam na possibilidade do Estado arrecadar por ano pelo menos três vezes mais receita do que aquela que vai conseguir com a sua cegueira de sobrecarregar sempre os mesmos. Qualquer pessoa sensata acreditaria que poderia estar aqui encontrada uma solução para combater esta nossa crise, mas o problema é de quem decide! E quem decide, embora não tenha o discurso e o apoio aos mais desfavorecidos, na prática transfere esse mesmo discurso para a área da hipocrisia e coloca mais uma vez o ónus sobre os que já pouco têm a dar. O PS votou contra, e o CDS e o PSD com toda a cumplicidade abstiveram-se. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [221](#)

“Obrigado. Um estudo apresentado pelo ISCTE esta semana e publicado no jornal Público revelou que neste momento 31% das famílias portuguesas se enquadram no escalão imediatamente acima do limiar da pobreza. Um terço da população portuguesa é constituído portanto por pessoas que trabalham, mas vivem na mesma no limiar da pobreza. Estes somados aos 20,1% que o mesmo estudo classifica como realmente pobres, fazem com que neste momento metade da população portuguesa, ‘metade’ vivam numa

trajectória social e económica descendente, com dificuldades ou mesmo incapacidade para chegar ao fim do mês com dinheiro.

Esta notícia põe a nu a política neoliberal. Neste momento e porque desta miséria fazem parte pessoas licenciadas, pessoas com mais classificações, são também estas com menos qualidade de vida. O Neoliberalismo neste momento já não dá nem sequer para os senhores doutores. A conclusão deste estudo não revela apenas um país cuja população passa algumas necessidades. Revela falta de acesso dessa população a direitos fundamentais como a Saúde, a Educação e a bens fundamentais — revela fome.

Este é hoje o país a quem o PS e o PSD em sucessivos governos desde o princípio dos anos 80 andou a pedir para apertar o cinto em nome de um futuro melhor. Pois bem, o futuro dos anos 80 já chegou e é de miséria! Agora já não prometem mais nada a não ser mais do mesmo. Só falta reconhecer a estes partidos PS e PSD, que falharam redondamente nos seus princípios políticos e económicos! Falharam e continuam a falhar. É sobre estes pobres e sobre estes quase pobres que a falta de visão e falta de uma verdadeira solução política para a crise cai.

Actualmente mais impostos directos e indirectos, menos salários, menos estado social, enfim mais PS e PSD no poder político, significa sempre menos qualidade de vida.

O recente debate ou tango se lhe quisermos dar o nome que o próprio Primeiro-ministro deu entre o PS e o PSD, sobre as portagens das SCUTT é elucidativo.

Ambos estão de acordo que a classe média tem que pagar a crise, só não sabem como. O Governo tenta impor agora a todos os automobilistas portugueses um chip que por uma enorme coincidência é fornecido por uma empresa Norueguesa, cujo principal responsável actual Pedro Bento, foi antes administrador executivo da SIEV — a empresa pública que gere o esquema de pagamento electrónico das portagens! É coincidência a mais e transparência a menos.

O que é transparente neste momento é que, precisamos de uma política nova, de uma nova lógica na economia e de menos “tango”. O que é transparente é que o projecto do Governo para este país se esgotou. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) [022](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [023](#)

Vogal António Regala (PCP) [024](#)

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) [025](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [026](#)

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) [027](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [028](#)

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) [029](#)

Vogal Carlos Picado (PS) [030](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [031](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [032](#)

Presidente da Mesa [033](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [034](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [035](#)

Presidente da Mesa [036](#)

Vogal Celme Cristina (BE) [037](#)

Presidente da Mesa [038](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [039](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [040](#)

Vogal Maria Inês Mineiro (CDS/PP) [041](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴²

“Parece que os do Bloco de Esquerda estão ali muito preocupados com o casamento gay! Eu não tenho nada contra, só tenho medo é que se torne obrigatório. Mais de resto para mim não há problema nenhum, cada um faz o que quer.

Eu acho e tal e qual como o Senhor Presidente, no seguimento das palavras do meu colega de bancada Pires da Rosa, que o concelho de Aveiro é talvez no país aquele que é mais prejudicado pela implantação dos pórticos das ditas SCUTs.

E acho que temos que tomar uma posição firme. E acho como o Senhor Presidente, que essa medida medieval deve dar lugar a uma posição forte desta Assembleia.

Acho até que o Senhor Presidente devia em vez de estarmos aqui a falar de casamentos gays e dessas coisas, a perder o nosso rico tempo, o Senhor Presidente devia propor a todos os membros da Assembleia que se levantassem desta Assembleia e fossem lá e arrancassem os pórticos — eu até tenho a motosserra no carro, aquilo é num instante.

E não tenha problemas. Porque há aqui meia dúzia de advogados para nos defender — e penso que por fazer uma coisa dessas ninguém vai preso, porque neste país só vai preso quem rouba um pão.

O Senhor Presidente está, e se assumir o seu lugar, deve propor uma coisa desse tipo — o levantamento popular centrado nesta Assembleia para ir lá e destruir aqueles monumentos medievais que querem efectivamente impor aos aveirenses, contrariamente a tudo o que acontece no país e muito mais gravoso do que acontece no país, essas portagens dentro da malha urbana da cidade, o que é obviamente impensável e que deve contar com todo o repúdio e um repúdio activo (não é só da treta) de todos os aveirenses.

Mas eu queria falar de uma outra coisa, não era sobre isso que eu queria falar em princípio — só fui levado por efectivamente pelas exposições anteriores.

Eu queria falar do infeliz estado das nossas redes viárias no concelho! Há dias tive a infeliz ideia de ao vir de Coimbra e passar ali por dentro por São Bernardo e de facto uma pessoa quase que chega agoniada a Aveiro, tanto é o solavanco que dá, enfim...

Ainda cá cheguei com as rodas, mas é porque o carro é seguro, se o carro fosse um carro normal tinha deixado metade das latas pelo caminho.

Senhor Presidente da Câmara tenha dó dos aveirenses! Tenha dó. Há sítios que são perfeitamente crateras — que não se admitem! Olhe, neste caso até as estradas medievais eram melhores do que as estradas que existem. Olhe Oliveirinha!? Nariz!? Um pouco por todo o lado, mas Oliveirinha, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, até parece que têm um castigo divino em cima deles. É uma vergonha! É uma vergonha que uma Câmara que se intitula progressista e moderna tenha as vias de comunicação do concelho no estado em que elas estão, com tijolos e adobes a proteger os buracos maiores.

Até há sítios, há buracos, onde se anda a pôr betão — as pessoas fazem cimento e metem nos buracos. Cimento... que é para ver se as pessoas não partem lá as suspensões!

Por amor de Deus! E agora dentro da cidade também. Aquela Avenida Artur Ravara, ali em frente à Universidade e ao Hospital, quer dizer, todos os dias toda a gente lá rebenta pneus. Aquilo não está em condições de circular. É preciso tomar atenção a isto. E de facto Senhor Presidente tenha dó dos aveirenses. Não estoure o dinheiro das Águas em outras coisas. Ao menos espalhe por ai algum alcatrão, porque de facto a vida está a começar a ficar difícil para os aveirenses. De facto são caminhos medievais, mas compreenda que nem todos andam de cavalo.

Há alguns que gostam de andar de “cavalo”, mas nem todos andam de cavalo e alguns pretendem andar de mota ou de motorizada ou até de automóvel — aqueles que são mais ponderados. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) [043](#)
Vogal Raúl Martins (PS) [044](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [045](#)
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [046](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [047](#)

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS) [048](#)
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [049](#)

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Presidente da Mesa [050](#)

Após a Mesa aceitar um voto de saudação pelo fim da discriminação no acesso ao casamento civil por pessoas do mesmo sexo, apresentado pelo Bloco de Esquerda, o Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, para uma breve conferência com os líderes dos Grupos Municipais.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa informou da forma e do modo como o voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, iria ser colocado à votação.

Usaram ainda da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [051](#)

Presidente da Mesa [052](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [053](#)

Presidente da Mesa [054](#), [055](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [056](#)

Presidente da Mesa [057](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [058](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [059](#)

Usou da palavra o Vogal Carlos Valente, [060](#) para nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Regimento, pedir recurso para o plenário da decisão da Mesa.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [061](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [062](#)

O Presidente da Mesa [063](#) colocou à apreciação do plenário o recurso apresentado sobre a decisão da aceitação pela Mesa da proposta com um voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda, sobre o acesso ao casamento civil por pessoas do mesmo sexo. Colocado à votação a decisão da Mesa em ter aceitado a proposta foi a mesma rejeitada, ficando assim prejudicada a proposta com o voto de saudação.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara ⁰⁶⁴

Membros da Assembleia
Presidente da Mesa ⁰⁶⁵

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁶

“Muito rápido, porque independentemente de já ter referido na interpolação que no início fiz sobre a Comunicação, começava exactamente por essa parte do fim que é a questão preocupante do aumento do Passivo.

O Passivo, exactamente de há um ano atrás, aumentou em cerca de três milhões de euros!? Mas a minha intervenção, e sobretudo hoje, quero focar fundamentalmente as questões que têm perpassado pela área do concelho de Aveiro e que têm denotado algum abandono e algum desleixo — e é com tristeza que eu digo isto.

Quando há cerca de uns quatro meses atrás vi um ilustre colega nosso aqui de bancada, mas da posição, a tirar umas fotografias numa determinada zona no centro da cidade, falámos. Falámos e perguntei-lhe qual a razão de estar a tirar as fotografias? Ao que simpaticamente respondeu e me disse que era para ver se alindava a cidade pelo menos para o verão, altura em que os turistas nos visitam e pelo menos o cartão-de-visita não estivesse tão degradado.

E o cartão-de-visita era o centro da cidade, era a zona do Rossio, etc. Mas acontece que a degradação não é apenas na zona do Rossio. É nas pontes! É em Eixo! É em Oliveirinha! É em Cacia! Quer dizer, é numa série de sítios.

É obvio que nas zonas das freguesias não urbanas nota-se mais, sobretudo nas que tem a ver (há bocado já alguém referiu aqui) com a situação das estradas. E nota-se fundamentalmente porque essas situações não são resolvidas atempadamente.

Mas na cidade propriamente dita e não só na zona que é o cartão de visitas, nota-se sistematicamente esse tipo de abandono. Por exemplo na zona do cartão de visitas, o Rossio, nota-se o próprio relvado a secar e a definhar. Ontem, finalmente, vi uma rega naquele jardim! Eu estou a dizer isto porque eu passo lá todos os dias — moro ali ao pé.

Agora além desta situação de facto há outras questões que também no caminho deste mesmo sentimento de abandono me fazem aqui colocar-me. Uma por exemplo prende-se com uma das pontes que eu pessoalmente (isto pode ser discutível porque os gostos diferem) considerava uma das pontes mais bonitas de Aveiro, que era aquela ponte que passava sobre a A25, a ponte pedonal, junto à ponte de Carcavelos. Ficou cortada aos peões devido à construção do troço ferroviário para o Porto de Aveiro. Quando foi aqui apresentada no mandato anterior que a própria REFER tinha uma solução para aquele corte na ponte, porque se recusou a fazer um pequeno desvio da linha para que essa ponte não fosse cortada, o que é um facto é que a ponte termina abruptamente num determinado sítio e depois tem umas escadas em madeira para vir para baixo, para as pessoas passarem, e nunca mais se fez nada! E tinha inúmeras possibilidades de continuar e de ser um bom acesso inclusivamente àquela zona do canal de São Roque desde que aquela zona tivesse algum tratamento de alindamento. E pode ser inclusivamente, se o eixo ferroviário

de Cacia para o Porto de Aveiro fosse aproveitado por exemplo, também acho que alguém já referiu isto aqui na Assembleia Municipal no anterior mandato penso eu, porque neste mandato é a primeira vez que cá estou aqui, não sei se foi o Dr. Raúl Martins, que podia ser inclusivamente de utilização para o metro de superfície. Podia-se aproveitar essa ponte como acesso a uma das estações desse mesmo metro de superfície.

Agora o estar assim abandonada com aquele ar e com aquele aspecto, ainda por cima num dos sítios que é privilegiado pela entrada na cidade de quem nos visita do interior pela A25, isso é que merecia de certa maneira outro entendimento.

Outra questão que eu gostava aqui de colocar prende-se agora com os canais da ria e também com uma questão que já aqui levantei em tempos, mas que nunca é demais repetir. Penso que os canais da ria, porque os canais da ria, embora eu saiba que a limpeza é uma incumbência da SUMA, acho que é função da autarquia exigir à SUMA uma maior atenção relativamente à maneira como estão a ser tratados os canais e como é feita essa mesma limpeza dos canais.

Por outro lado e esta é que é a questão que eu já levantei e que é importante, prende-se com os barcos que circundam a ria.

Continua a acontecer que a esmagadora maioria dos barcos (eu sei que não são da Câmara), mas, portanto na maneira como os barcos fazem os seus percursos turísticos. Só que neste momento o domínio da ria é da autarquia como tal pode haver regulamentação que implique que não haja portanto a continuação de circulação de barcos com a proa cortada.

Na esmagadora maioria dos casos já não é com a proa para baixo na dobradiça. Já não existe é a própria ponta da proa dos barcos!? Como é possível? Estas imagens normalmente são recolhidas em fotografias pela esmagadora maioria dos turistas, percorrem o mundo inteiro, as pessoas com certeza na Suécia, na Dinamarca, questionam se o barco moliceiro ou o saleiro ou o mercantel de facto têm a proa cortada naquela parte. Decapitada exactamente.

E depois uma outra questão que também se prende aqui com os barcos e que também deve merecer a atenção da autarquia é a informação que é dada aos turistas sobre os aspectos históricos quando vão passando pelas diversas áreas da zona que circunda a ria.

Eu no outro dia ouvi (estupefacto), um trabalhador de um barco moliceiro apontar para uma casa do século XX, dizendo que era a casa mais antiga de Aveiro! Quer dizer, isto repetiu-se sistematicamente.

Nós temos que ter um certo cuidado e defender de certa maneira o nosso património histórico e a nossa informação histórica e não pode de modo algum estar-se sistematicamente a deixar degradar esta situação.

Já que a Câmara nesta altura também já tem o domínio da ria, deve chamar a atenção de quem de facto tem a concessão dos passeios na ria, que tem feito um óptimo trabalho, aliás o aumento de turistas em busca deste tipo de oferta é significativo, e é obvio que eu o considero positivo no seu geral. No entanto há estas situações que carecem, em defesa da verdade histórica e em defesa de Aveiro, carecem de serem resolvidas. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁷

“Não pude responder ao deputado do CDS que me fez uma pergunta no período de antes da ordem do dia, aproveito para responder agora. Por causa da intervenção inicial que fiz aqui sobre a actual crise económica e os efeitos que ela tem na população portuguesa neste momento, com 50% da população, segundo um estudo do ISCTE a viver no limiar da pobreza ou perto dela. Pergunta-me o deputado do CDS, se eu acho alguma coisa errada pelo BE ter poucos votos e por nunca ganhar eleições?”

Senhor deputado eu não queria dizer isto, mas essa pergunta revela antes de mais uma visão simples do mundo, demasiado simples até. E eu não lhe queria chamar simplório, mas também o é! Mas para além disto gostava de lhe perguntar a que partido é que pertence? É que eu vi esta semana uma sondagem na católica em que o BE infelizmente (e o CDS ainda bem), tinham exactamente a mesma intenção de voto, 6%. A diferença entre o CDS e o BE é que o CDS chega sempre ao poder pela “porta do cavalo” como se diz na gíria.

Eu não me lembro do CDS ser um partido forte em Portugal. Lembro-me aliás de ter quase desaparecido do panorama nacional, não fosse ter agora um líder populista recente. Se calhar às vezes esquece-se que é do CDS e pensa que é do PSD, talvez seja isso.

Bem, passando à Comunicação do Presidente da Câmara, gostava só de falar de alguns pontos.

E em primeiro lugar do destaque que a Comunicação dá ao facto da edilidade ter renegociado com a entidade financeira, com quem contratualizou as condições do empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros.

Isto é verdade, mas aconteceu e ainda bem que aconteceu. Mas parece-me que esta Comunicação diminui o papel da Assembleia Municipal nesta matéria. Até parece que foi uma iniciativa da Câmara e não foi feita por pressão, não só do Bloco mas também de mais partidos nesta Assembleia Municipal e também fora dela.

Basicamente apresenta-se aqui a renegociação do empréstimo como se estivesse a informar a Assembleia, quando ela já passou por aqui.

O mesmo comunicado diz que em Aveiro vive-se bem porque é o concelho com maior satisfação profissional dos habitantes. Há muita tolerância a pessoas de diferentes religiões. O município está à frente nas despesas com o ambiente.

Ora muito bem, nós podíamos por exemplo relembrar aqui a execução do Orçamento de 2009 ao nível ambiental e perguntar se Aveiro faz bem ou simplesmente deve fazer melhor. Porque a maior parte dos outros concelhos não fizeram rigorosamente nada. A protecção do meio ambiente e conservação da natureza, no ponto 2, ponto 4, ponto 6, do Orçamento de 2009, teve por exemplo uma taxa de execução de 0.79%.

Sobre o próximo ponto que vem no princípio da Comunicação eu não queria adiantar muito porque é sobre o Parque da Sustentabilidade que vai ser discutido no ponto 4 a propósito duma petição de cidadãos. Mas não posso deixar de perguntar pelo menos, porque motivo num dos cinco bairros em vista, neste caso no bairro do Alboi, chama sustentável a um projecto que tenciona cortar ao meio com alcatrão o único bairro aveirense que tem um parque no centro e para o qual estão viradas as casas dos moradores?

Este é um parque único na cidade e até quase único no país ‘sustentável’. E gostava de lembrar do ponto de vista económico, social e ambiental, deve-se é promover a circulação pedonal e em transporte público ou colectivo.

É urgente investir em Aveiro no transporte colectivo em detrimento do transporte individual. E é essencialmente nesta matéria que se devia debruçar a política de sustentabilidade da Câmara.

Como facto positivo gostava no entanto de realçar aquilo que parece ser finalmente, espero que sim, o concretizar de algo que tem sido um boato durante estes anos todos e que é a requalificação da Capela de São Tomás de Aquino. É algo que se ouve falar há anos e que nunca mais chega e, portanto, nesse aspecto o Bloco tem alguma ânsia que ela chegue de facto.

A propósito da sustentabilidade ainda e do programa “Viver a Idade” e do actual fenómeno que o país vive de solidão na terceira idade, gostava de propor ao executivo que seguisse uma medida que é simples, barata, e que age no combate à exclusão social da terceira idade.

É uma medida que outras Câmaras do país e da Europa têm feito. Trata-se muito simplesmente de constituir um banco de voluntariado e estabelecer a ligação entre esses voluntários, as entidades e as pessoas que deles precisem.

Em Portugal creio que há uma Câmara que tem feito isso com bastante eficácia — é a Câmara de Vila Real de Santo António. E é algo que acontecendo já noutras Câmaras, acredito que em Aveiro seria um valor acrescentado à vida dos seus cidadãos mais velhos. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁶⁸

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁹

“Muito boa-noite a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, excelentíssimos senhores deputados. Esta minha intervenção surge no seguimento da notícia publicada hoje no Diário de Aveiro, sobre a Super Taça Cândido de Oliveira, entre o Benfica e o Porto.

O Senhor vereador Pedro Ferreira, na qualidade de Presidente do Conselho da Administração da EMA congratulou-se com a decisão da Federação Portuguesa de Futebol, dizendo: será um ponto de encontro de adeptos oriundos de todo o país — o que é uma realidade.

A Junta de Freguesia de Esgueira também reconhece que este evento é importante para Esgueira e como é lógico para o concelho de Aveiro. Situando-se o Estádio numa das principais entradas de Aveiro, lamentamos que a zona envolvente ao mesmo esteja na situação em que se encontra. Rotundas que são autênticos matagais! Papeleiras destruídas! EcoPontos cheios de lixo! Postes de iluminação arrancados! Sinais de trânsito derrubados! Árvores partidas! E ainda pior, a maior parte dos candeeiros encontram-se apagados. Já demos conta desta situação à EDP e à Câmara Municipal de Aveiro. Pensamos pois que seria bom corrigir esta situação antes dos jogos. Acabei.”

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁰

“E primeiro lugar cumprimentar a Mesa, os senhores deputados e os senhores Presidente de Junta. Relativamente à Comunicação Escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, gostaria de realçar as iniciativas levadas a cabo no âmbito ambiental e da saúde.

No respeitante à área ambiental é de congratular o executivo pelas diligências feitas para a requalificação e valorização da Ria com intervenção na Pateira de Requeixo, em São Jacinto, no esteiro de São Pedro, entre outras zonas. Ainda na área do ambiente é de referir a preocupação do município com a recolha do lixo (resíduos sólidos urbanos), o que valeu a Aveiro o primeiro lugar enquanto capital de distrito.

Por último no que respeita à área da saúde, creio que é de exaltar a iniciativa intitulada “Move-te pela Esclerose Múltipla”, no âmbito do dia Mundial dedicado a esta doença, uma vez que apela ao espírito de solidariedade e ao envolvimento dos cidadãos, ao mesmo tempo que os sensibiliza para esta patologia. Acho que foi uma forma criativa de apelar ao espírito solidário e ao envolvimento dos cidadãos e uma forma diferente de sensibilizar para a temática. Creio que iniciativas desta natureza deveriam continuar a ser uma aposta do executivo e que deveriam ser promovidas mais iniciativas desta índole e com este objectivo de sensibilização na área da saúde e outras. Tenho dito.”

Vogal Carlos Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷¹

“Na sequência da intervenção feita no Período de Antes da Ordem do Dia, em primeiro lugar eu gostava de reiterar as questões que coloquei. Não as vou repetir porque espero que as tenham registado. Mas confesso que começa a ser frustrante colocar questões aqui sobre coisas que não aparecem na Comunicação do Senhor Presidente. A EMA não está cá e portanto não me é dada resposta no primeiro ponto e eu aguardo pacientemente que agora na Comunicação do Senhor Presidente me seja dada resposta as questões.

Gostaria também de colocar e de reforçar aqui uma ideia que transmiti na minha primeira intervenção e que tem a ver com a qualidade da informação que vem nesta Comunicação. E eu penso que seria interessante que do ponto de vista financeiro, a informação viesse mais completa.

E eu volto a colocar uma questão que já aqui coloquei várias vezes e para a qual ainda não obtive explicação que é a seguinte: todas as Comunicações referem que há um conjunto de compromissos assumidos em volume que crescem sistematicamente e que não são acompanhados pelo volume de facturação e muito menos pelo volume de pagamento. Do meu ponto de vista, a minha interpretação, é que consecutivamente a Câmara Municipal de Aveiro está a assumir compromissos num volume maior do que aquele que consegue cumprir no mesmo período de tempo. Esta é a minha pergunta: isto vai parar? Não vai parar? Onde é que isto vai parar?

Rebuscando a minha primeira intervenção eu volto aqui a lembrar que questioneei se a Câmara Municipal de Aveiro já recebeu ou não a primeira tranche da adesão à empresa das águas (ADRA)? Quando é que espera receber a próxima? E que destino é que foi dado a esse montante? Quero saber o destino, eu não quero que me expliquem rubrica a rubrica.

Eu só quero perceber o seguinte: é que o dinheiro que adveio desse contrato, penso eu que será uma receita extraordinária. E a minha pergunta é: estão a utilizar as receitas extraordinárias para cobrir despesas correntes?”

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰⁷²

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) ⁰⁷³

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁷⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰⁷⁵

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁷⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁷

“Obrigado Senhor Presidente. Sem querer estar a maçar ou a repetir temas, não é esse o interesse penso eu, queria só dizer duas coisas, para lembrar o Senhor Presidente da Câmara das respostas que doutamente estamos à espera. Primeiro, em relação à EMA que o meu colega de bancada fez, que o Senhor Presidente diga ou não qual é a conexão que faz sobre aquela notícia que apareceu e que não foi desmentida do empréstimo que a EMA ia pedir para encerrar. Foi pelo menos assim que a notícia passou. A EMA iria fechar ou encerrar a sua actividade e para isso ainda iria pedir um empréstimo de três milhões e meio de euros, o que me causa alguma perplexidade posto que qualquer pessoa que tem a percepção do que é vida, não há ninguém que peça dinheiro emprestado para depois declarar falência ou para encerrar ou o que quer que seja!? E portanto, saber como é que isso vai ser feito? Se isso é verdadeiro se não? Se está previsto? Se já está previsto no Plano de Actividades da EMA?

E isso fez-me pensar que nós não fazemos aqui a Análise do Plano de Actividades (a Lei também assim não o exige) das empresas municipais.

Mas a Lei diz (e isso é que é mais importante) que a Câmara tem a obrigação de anualmente fazer um relatório da actividade que a Câmara teve nas empresas municipais. Mais do que um simples relatório da apresentação de contas, tem o dever de apresentar esse relatório de actividades — e nós temos o dever de o apreciar.

Talvez isso ou essa apresentação tivesse poupado esta questão. Mas de qualquer forma deixo esta questão, até porque segundo me dizem, as Contas da EMA ainda não foram aprovadas este ano.

Pelo menos que me pareça ou que me lembre não veio o relatório de contas da EMA deste ano de 2009. E portanto quero saber se isso é verdade e qual é a justificação para esse facto.

Depois, sem querer estar a maçar, para sublinhar duas questões: Primeiro a minha perplexidade pelo facto do PSD ter feito os esclarecimentos à associação de pais, ou aos pais que se deslocaram aqui, como se não tivesse nenhuma responsabilidade no que aqui se tinha passado!? Como se o Prof. Manuel António Coimbra não tivesse ouvido há três anos (quando foi a votação da parceria pública ou privada) do que é que poderia eventualmente acontecer e de quais eram as implicações do voto do PSD e do CDS nessa matéria.

Eu fiquei na altura, tentei fazer um pedido de esclarecimento, de facto regimentalmente a Mesa negou-me essa possibilidade, porque enfim era um período excepcional, mas não posso deixar de fazer este reparo. Porque é inaceitável (e eu tenho pena de não o ter feito quando os pais aqui estavam ainda) que o PSD passe ao lado deste problema quando é o principal causador.

E mais. O Prof. Manuel António Coimbra, era o líder de bancada do PSD e todos os deputados municipais que aqui estão que não pensem, que se há responsabilidade de alguma coisa, que a responsabilidade é apenas e só da Câmara Municipal. Porque vocês bancada PSD e CDS tiveram uma possibilidade muito clara, muito clara, de ter feito a inversão e ter também chamado a atenção para o erro estratégico, que nos custou estes dois anos, três anos, e que nos pode custar ainda mais, se não conseguirmos chegar a tempo aos fundos comunitários. E é pena. Eu também não desejo isso.

Não é uma intervenção que me esteja a dar grande agrado, mas tinha ficado bem algum acto de contrição público, que ainda aguardo esta noite.

Depois uma última questão para falar da minha declaração de voto. Também não me foi possível mas também a faço aqui. Em relação à moção de saudação ou ao voto de saudação, o que me parece claro é assim: eu tenho o meu voto. E o meu voto seria a favor da saudação. O meu voto é tão legítimo como qualquer um dos outros votos. Agora o que não é aceitável é, com o expediente formal e usando a força da maioria, apenas e só com receio de não querer assumir uma posição pública. Eu acho isso inaceitável! Inaceitável! E era só.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [978](#)

“Apenas no que se refere à intervenção, à elevadíssima intervenção da Senhora Dr.ª Ana Seiça Neves. Estamos habituados ao longo dos tempos em que o Rossio, pode dizer-se, é a única sala de visitas de Aveiro para eventos.

Se é de visitas, não é para eventos. Mas enfim, é um local que realmente de uma maneira geral tudo ali se realiza, tudo ali se faz. Parece que não existe mais ponto nenhum na cidade que não seja o Rossio. A frase ex-libris até se enquadra e até aceito, tem alguma lógica.

Todavia Senhor Presidente, senhores vereadores, é preciso pensar que não é só o Rossio que faz parte de Aveiro. Temos na Freguesia da Glória excelentes espaços locais, que hoje são zonas direccionadas para peões, que afectaram grandemente os comerciantes, os

lojistas, os industriais naquela zona, e estou-me a referir concretamente à rua dos Combatentes da Grande Guerra, à Praça Marquês do Pombal, que é uma belíssima sala, é um belíssimo espaço, onde se pode fazer grandes eventos. Praça da República, Escadas do edifício Fernando Távora. Sinceramente só vimos o Rossio, só Rossio!

Eu penso que é altura e lanço aqui o meu repto e um desafio à Câmara Municipal, que em parceria eventualmente com a Junta de Freguesia pense transferir para estes locais que eu acabo de citar alguns dos eventos.

Eu queria dizer que se justificava plenamente. Era uma questão de honra, era uma questão de moral, era uma questão de justiça, porque os comerciantes ali estabelecidos sofreram muito com as obras que ali decorreram durante o mandato do Dr. Alberto Souto, pese embora terem tentado alguma compensação monetária ou outra qualquer nunca o conseguiram.

Penso que é altura de nós pormos um bocadinho de justiça. Eu agradeço a intervenção da Dr.ª Ana Seíça Neves, aliás sempre que as faz são sempre de excelente qualidade e esta Senhora Doutora foi oportuna. Felicito-a por isso. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [079](#)

“Apenas para corroborar, porque de facto, no anterior mandato, eu próprio tive a ocasião de fazer algumas intervenções precisamente sobre isso que acaba de dizer. E uma das sugestões muito concretas que fiz foi que, a Praça Marquês do Pombal pudesse receber por exemplo a Feira do Livro. Claro que é (e eu reconheço) um evento com algum risco! Já lá estive. E foi-se pela via mais fácil, que foi: - bem os livreiros reclamaram, vamos pôr outra vez no Rossio. Isso é a solução mais fácil.

O que é difícil era insistir e procurar manter por exemplo a Feira do Livro. Isso foi uma proposta concreta que eu fiz no anterior mandato. Mais. Andou bem a Câmara quando se lá fez por exemplo (nem foi iniciativa da Câmara, foi de um promotor privado, mas a Câmara autorizou e bem) o concerto do Caetano Veloso na Praça Marquês do Pombal. De facto aquela zona está muito carecida de vida.

A Escola da Glória, como o meu camarada Paulo Jesus já falou é importante que lá continue e que seja requalificada. O Campus da Justiça também é importante. Mas tenhamos consciência, são dois serviços que a partir das 17:30p.m. 18.00p.m. aquilo fica o deserto que ambos conhecemos. E isso é uma questão para a qual todos devemos estar sensíveis, não só a Freguesia da Glória, essencialmente a Freguesia da Glória, mas todos. Especialmente o executivo que deve promover lá iniciativas que tragam gente cá para cima, para aquela zona, que é abrigada de vento, que é menos húmida, que tem o comércio que pode estar aberto, nomeadamente restauração e cafés, e esse é um grande contributo que a Câmara pode dar. Os seus eventos, puxá-los lá para cima, tal qual como eu próprio modestamente também já propus em tempos.”

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [080](#)

“Em forma de pergunta, só saber se o Senhor Presidente (com certeza que sabe, esta é uma pergunta retórica) já observou os transtornos que o fecho do parque da Praça Marquês de Pombal ao fim-de-semana causa a vários cidadãos e visitantes, que entram no parque e depois em marcha atrás tentam regressar? E os transtornos que isso também por efeito, por consequência, causa, evidentemente ao comércio que ali existe? Em que a pessoa não podendo estacionar próximo, são evidentes que usufruem menos daquele comércio.

E se alguma vez indagou junto da Câmara a possibilidade de influenciar a concessão que lá está, para que se restabeleça (eu não tenho presente exactamente os termos da

concessão) o funcionamento regular daquele parque de estacionamento com todos os benefícios que traz para a Praça Marquês do Pombal, mas também para o município em geral e para outras freguesias, como sendo um grande parque de estacionamento devidamente ordenado e que retira muitas das viaturas que causam vários transtornos aos cidadãos aveirenses, por várias partes do centro da cidade de Aveiro.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [081](#)

“Eu respondo facilmente Senhor deputado. Nós próprios tivemos contactos com a empresa. É privado, todos sabem que aquilo é uma entidade privada.

Eu próprio já tive contactos e foi-nos dito que se aquilo não é nada rentável à semana, muito menos ao domingo. Daí não estarem interessados realmente na abertura daquele parque de estacionamento. E mais senhor deputado. O grave daquilo, do facto do parque de estacionamento não ser rentável, está com base num erro histórico (desculpe-me, eu sou muito frontal) de ter-se tirado o Centro Histórico de Aveiro, os Serviços Municipais, a Repartição de Finanças, Registo Civil, e todas as outras, PSP e não sei quantos mais.

Esse foi um erro histórico que hoje afecta e que hoje afecta o parque de estacionamento que trabalha a 17%, 18% ou a 20%, não mais do que isso. É lamentável, mas realmente eles dizem que não é rentável.

Pronto, é privado, o que é que nós podemos fazer? Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [082](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Parece que o Senhor Presidente da Câmara está a inventar um novo léxico jurídico, que normalmente diz-se juridicamente aos “costumes disse nada”. No caso do Senhor Presidente, como de costume, nada disse.

Diz que vai responder a seguir. Depois, enfim, esperemos que diga alguma coisa.

Não gostaria muito de falar sobre isso, mas de qualquer forma, uma vez que tem sido apontada aqui como grande bandeira o problema do parque da sustentabilidade, o tal parque dos catorze milhões de euros, eu gostaria de dizer o seguinte: de todos os projectos aprovados de regeneração urbana é aquele que obriga a um maior investimento, para a obtenção do mesmo subsídio.

E é preciso (de todos da zona centro) entender que o projecto do parque da sustentabilidade foi um projecto que foi uma candidatura, foi um concurso, e que teve um júri de mérito e que foi pontuada por isso para ser aprovada.

E que teve uma pontuação mínima. E o júri de mérito obviamente analisou o projecto em toda a sua globalidade.

O que é que isto significa? Significa que para o mérito entraram uma série de projectos estruturantes. E que se falharem os projectos estruturantes, todo o processo cai, porque esse projecto estruturante foi o que deu lugar à apreciação do júri de mérito e foi aquele que conduziu a que a pontuação mínima fosse atingida para poder ser subsidiado.

Onde é que está o busílis da questão? Há neste projecto vinte cinco projectos estruturantes e dois desses projectos são no valor de sete milhões de euros. E são do executor da Universidade de Aveiro.

É o célebre projecto da Unidade de Imagiologia. Aveiro não tinha nada de Imagiologia e agora de repente aparece com dois centros de Imagiologia, um no Hospital de Aveiro que se candidatou ao QREN para isso e outro da Universidade de Aveiro, ou seja ao lado, para fazer penso que até nas instalações do Hospital — iremos ver onde é que são para fazer. Vamos ver!?

O que é certo, é que esse projecto, (eu estou a avisar isto com alguma antecedência) é de sete milhões de euros — e tem de ser cumprido.

E esse projecto dos sete milhões de euros tem uma fraca participação porque é um projecto que gere as receitas e como gere as receitas a participação é diferente da outra parte do projecto. Ou seja, pode acontecer a desgraça de não se conseguirem arranjar os fundos suficientes para poder fazer esse projecto. É o alerta que aqui deixo. Não embandeirem tudo em arco, porque às vezes as coisas são más. São más. Podem acontecer más coisas porque há obviamente um projecto que é 50% do projecto global e sobre esse projecto a Câmara de Aveiro não tem qualquer controlo.

Bem, sobre isso espero que reflectam e que façam as coisas bem-feitas e certas, até porque mesmo nos projectos da Câmara, pela análise do pouco que nos é dito na Comunicação do nosso Presidente, parece que a participação própria como é obvio agora diminuiu. Portanto todos os subsídios a fundos perdidos concedidos de apoios, do reforço que foi anunciado pelo Governo a todas as obras dos projectos de regeneração urbana, será basicamente aumentada proporcionalmente dos 70% para os 80%, o que virá para o caso de um projecto que era participado em 70% um aumento de cerca de 14,5% de subsídio.

Mas se analisarmos a situação da Câmara, situação financeira da Câmara, verificamos (aqui ao Regala passou-lhe ao lado) porque agora como interessa baralhar todo o discurso que é feito financeiramente na Comunicação do Presidente, é assim um discurso muito rebuscado, mas o que é dito lá (pelo menos foi a minha compreensão) não é que o Passivo não é superior a cento e cinquenta e três milhões de euros!? O que diz lá na minha opinião é que o montante total da dívida (se lermos bem) é superior a cento e cinquenta e três milhões de euros — o que não são bem a mesma coisa. Porque como nós sabemos o Passivo não é dívida ou melhor, o Passivo é algo mais do que dívida.

Subtileza com que agora se pretende (desde há um tempo a esta parte) baralhar as pessoas que se deixam baralhar.

Mas o mais grave, também lá está escrito, embora também de uma forma subtil, é que dívida de curto prazo é superior a trinta e sete milhões de euros!? Trinta e sete milhões de euros.

Se verificarmos bem, com aquilo que vem escrito anteriormente, esses trinta e sete milhões de euros de dívida de curto prazo são mais do que duas vezes e meia todas as receitas (e estamos a falar de receitas correntes e de capital) recebidas pelo município nos cinco primeiros meses deste ano.

Ou seja, se nós extrapolarmos este valor para todo o ano, podemos desde já ter uma dívida de curto prazo, de curto prazo, superior ao valor total das receitas correntes e de capital do ano de 2010 — o que é grave!

O que é grave e de alguma forma nos faz lembrar os tempos em que este executivo agora retocado nos pedia aqui por amor de deus para aprovarmos um financiamento de médio a longo prazo, para precisamente pagar as dívidas de curto prazo.

Esse financiamento foi obtido, foi utilizado em parte e como nós vemos e como era de esperar, foi inépcia deste executivo e com a falta de coragem de assumir posições em termos de equilíbrio orçamental decentes, a única coisa que nós temos é o célebre (se vocês se lembram bem) Power Point de não sei quantos slides e não sei quantas medidas — eram muitas medidas! Uma de meio litro, outra de litro, litro e meio e tal, muitas medidas! Mas o que é certo é que a dívida está a aumentar de forma galopante. E mais do que a dívida, a pior das dívidas que é a dívida de curto prazo, que eu volto a repetir (assumo neste momento de acordo com aquilo que o senhor Presidente diz) o valor são trinta e sete milhões de euros! Trinta e sete milhões de euros de curto prazo; 7,4 milhões de contos. As receitas de um ano... totais. Enfim. Eu ainda hoje de manhã trabalhei com um Presidente de Câmara (gosto muito de trabalhar com ele) que tem um prazo médio de pagamento de cinco dias. A Câmara dele tem um prazo médio de pagamento de cinco dias. Mas é um homem que vai duas vezes por semana a Lisboa; estuda todos os processos de ir

arranjar dinheiro e mais algum. Não há nada que ele tenha na terra dele que não tenha sido financiado ou quase tudo que não tenha sido financiado — e está em cima das situações. Aqui parece que para além de algumas visitas a algumas freguesias mais distantes, o nosso Presidente da Câmara tem medo de enfrentar os corredores do poder?! Não sei se tem medo ou se nem sequer se sente com coragem de ir? Porque quando é para ser convidado como é óbvio não vai. Ainda vi um presidente há dias dum concelho mais prejudicado do país em relação a portagens na televisão, mas Presidente da Câmara de Aveiro não é convidado e sabem porquê? Porque não é ninguém. E esse é o drama de Aveiro. Falta de peso político! A falta de força para impor os interesses de Aveiro. Toda a gente de Aveiro sabe. A Aveiro ligam a uma coisa fundamental “moles”. Aveiro, moles. E é essa a imagem que o nosso Presidente da Câmara, infelizmente para nós todos, passa. Um outro problema que sempre se observa na Comunicação do Senhor Presidente, que se pode retirar também alguma conclusão, é esta: a Câmara de Aveiro tem a receber do QREN uma quantia bastante avultada, de cinquenta e seis mil quatrocentos e doze euros e três cêntimos. Aparentemente isto podia parecer ridículo de alguma forma constar numa Comunicação do Senhor Presidente, mas isto é a prova provada que mesmo a ir buscar dinheiro o Senhor Presidente não quer ir buscar. Tudo o que tem de obra feita faz com que vá buscar, imaginem, cinquenta e seis mil euros. Cinquenta e seis mil euros! Nós temos estradas por fazer; o nosso parque escolar é como disse e muito bem o meu colega de bancada, medieval. E não vai! E não pode! E não vai conseguir, porque de facto, nós vivemos tempos maus, mas porque sobre Aveiro abateu-se esta desgraça de termos um executivo camarário que de facto não cuida (como era sua obrigação) dos interesses dos aveirenses.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [083](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [084](#)

(Saiu da sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [085](#)

“Eu tinha só aqui umas questõezinhas ligeiras para uma pequena intervenção em relação à Comunicação do Senhor Presidente. Eu gostaria de saber mais alguma coisa! Saber como realmente está a decorrer a situação relativa ao processo da A17 que vai até Oliveirinha e São Bernardo. Porque realmente da A17 para Aveiro temos a ligação no nó do campo do futebol e pouco mais — e queria saber como é que está essa situação? Assim como a situação da estrada Aveiro/Águeda, que eu sei que será realmente uma obra do Governo, mas de qualquer maneira penso que isto estaria incluído nas contrapartidas da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico. Assim como saber quais serão realmente as outras contrapartidas e se irão ser executadas?

Outra situação que eu queria, mas é mais na parte dos serviços de segurança da Câmara Municipal de Aveiro, diz respeito às piscinas do Beira-mar. E que não sei qual é a situação das próprias piscinas agora! Se são da Câmara, se é do Beira-mar, se de quem é? Mas o que me interessa aqui informar é que realmente estão extremamente degradadas. Aquilo é um matagal autêntico lá dentro. Andam lá animais vadios, há vidros partidos — aquilo está a tornar-se realmente um grande centro de porcaria e de insalubridade para a cidade, que acho que nós não queremos.

Portanto, ao menos, talvez fechar algumas áreas ou pôr lá alguém; quer dizer tentar resolver aquilo.

Em relação à rotunda do Bota-Fogo (também é uma situação que penso que agora que a N109 passou para a Câmara) porque é que no concelho de Ílhavo já se estão a fazer

realmente as obras todas na 109, e por que é que em Aveiro ainda não se começou a bulir no terreno?

Pode estar a obra adjudicada, mas no terreno ainda não se vê nada. E portanto acho realmente que há ali situações que é urgente rever-se para a cidade realmente andar.

Em relação ao canal de São Roque a Dr.^a Seíça Neves falou e falou muito bem e era uma situação que eu também queria referir. Continua a haver luzes apagadas à noite. Continua a haver um matagal muito grande. É que vem realmente das faixas do IP5 que está a entrar dentro da rede e está a estragar a vedação toda que existe ao comprimento do canal de São Roque. Portanto isso era uma medida que é capaz de ser o concessionário da auto-estrada, mas que terá que fazer esse arranjo imediatamente. Realmente era preciso saber de alguém que visse essa situação porque aquilo está-se a tornar uma situação extremamente grave e bastante degradada.

Em relação ao que aqui foi falado dos Moliceiros que andam com a proa cortada. Ora bem, os Moliceiros a partir do momento em que lhes tiraram o mastro perdeu logo as características (como eu já aqui disse), mas com a proa cortada já é outra situação.

Agora o que eu quero referir e voltando realmente à palavra medieval que está muito em voga, é que um passeio hoje num barco moliceiro realmente é quase medieval porque não tem o mínimo de condições de conforto para um turista.

Enquanto nós formos, por exemplo a Arcachon, aos famosos pinais, tem uma capota, tem os bancos mais acolhoados, mais confortáveis, tem tudo. Enquanto formos ver as gôndolas de Veneza, tem outras características bastante salutares para o turismo. O nosso moliceiro não tem nada! Eu direi que aquilo é ‘espartano’! Aquilo é espartano. Pode ser um moliceiro de Aveiro, mas é espartano. Com as nortadas que nós temos e com os vendavais que nós temos na Ria, os turistas fazem uma viagem não fazem mais vezes. Portanto eu aconselhava e dava uma opinião, que era preferível fazermos um bom museu vivo no canal central, um bom museu vivo no canal central, em que nas margens do canal seriam colocadas várias embarcações típicas da região de Aveiro, desde a bateira, desde a caçadeira, desde o moliceiro, desde o mercantel, desde o salineiro, enfim, todos os tipos mas devidamente equipados. Com mastro, em que nos dias em que houvesse pouco vento podíamos içar uma vela para ver como é que eles eram, com as proas completas e bem pintadas, que são arte — acho que realmente assim se mostrava ao turismo o que era o moliceiro. E isto não é a Câmara que tem que fazer isto, claro quer não. Deve exigir aos operadores realmente um tipo de embarcação confortável, que se adapte aos nossos canais urbanos, que são realmente canais muito pequenos, e onde estas embarcações possam navegar sem dificuldades.

Outra situação que eu queria englobar nomeadamente com as piscinas do Beira-mar era o antigo matadouro, que está também num estado degradado, vandalizado. Era preciso talvez fazer algo daquela situação, ou chamar os proprietários para tentarem vedar aquilo completamente. Quer dizer tomar uma iniciativa para estas situações. Porque há dois ou três casos na cidade de Aveiro extremamente degradados e que nós não podemos consentir.

Outra situação que eu aqui gostaria que fosse assinalada é o seguinte: nós temos Museus, eu não sei se são Museus ou se são Casas da Cultura, mas enfim, agora está a decorrer uma exposição na Casa Major Pessoa que está fechada ao Sábado e ao Domingo porque não é Museu, mas também está fechada à Segunda-feira porque é Museu?! Quer dizer, durante uma semana, há três dias que estão fechados! Há aqui qualquer coisa que não está bem. Se nós queremos divulgar a cidade, se nós queremos divulgar a cultura da cidade, não vamos agora fazer uma exposição em que três dias por semana está fechado, a semana tem sete dias, quer dizer só funciona quatro dias, tendo os fins-de-semana fechados — isto realmente não cabe na cabeça de ninguém. Eu queria realmente que fosse repensado e que fosse alterado urgentemente porque se realmente não é Museu porque é

que há-de estar fechado ao Sábado e ao Domingo? Quer dizer, há aqui um contra senso que realmente eu não percebo e penso que pouca gente percebe.

Para terminar, apenas ler um escrito que eu fiz, e que quero conste da acta.

Sendo a Ria de Aveiro o “elemento” que mais exporta o nome da nossa cidade aquém e além fronteiras, venho por intermédio desta Assembleia sugerir à Câmara que, olhe mais afincadamente e com todo o carinho e interesse, para a Ria.

Por tal, e considerando a ausência de infra-estruturas náuticas na zona urbana da laguna, com o aumento dos operadores náuticos nos canais da Ria, com o aumento das embarcações que nos visitam e que só pernoitam normalmente um dia, pois não têm instalações adequadas, e com o aumento dos visitantes à marinha da Troncalhada, onde falta estacionamento, instalações sanitárias, mobiliário urbano para lazer e descanso, etc., etc., vimos sugerir à autarquia que estude a melhor possibilidade de instalar na Marinha da Troncalhada um Porto de Recreio que servirá não só as embarcações que aportam a Aveiro, mas também que sirva para estacionamento e apoio de todos os clubes náuticos do concelho. E dado o aumento dos operadores náuticos nos canais, onde pelo aumento referido, o espaço existente nos canais urbanos, a curto prazo se tornará exíguo, servirá com certeza para estacionamento de todos estes elementos que animam a Ria.

É um alerta que eu aqui deixo, com os operadores novos que nós vamos ter aí, com o número de moliceiros que nós vamos ter aí a navegar na Ria, qualquer dia temos o canal completamente atacado de moliceiros e não se pode passar e não se pode atravessar os canais porque os barcos têm que estar estacionados em algum lado. Pronto é um alerta que eu deixo, para a Câmara pensar nesta situação. Esta sugestão não é com certeza fácil de realizar mas considerando a marinha que a Câmara Municipal de Aveiro, adquiriu há uns anos, onde se está a ultimar a construção do Centro de Monitorização Ambiental, onde foram criadas novas rodovias de acesso devido à ligação ferroviária ao porto de Aveiro, existindo portanto condições ideais para circulação, estacionamento, lazer, sugiro a criação do Ecomuseu em conjunto com o Centro de Monitorização Ambiental, num local ainda selvagem e com as belezas naturais que a Ria criou e que se mantêm — ainda se podem apreciar todos os anos os Flamings Rosa na passagem para o Norte de África.

Para terminar e por tudo o que referi, Aveiro e a sua Ria só tem com certeza a valorizar-se com este Projecto. E para tal, porque não incluir este projecto nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano?”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁸⁶ colocou à votação, nos termos regimentais, o seguimento dos trabalhos além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁷

“Boa noite. Excelentíssima Câmara, senhores deputados, trago-vos dois temas, o primeiro dos quais o Partido Socialista abordou há quatro meses atrás e tem que ver com o concurso para a contratação de 32 técnicos para a Câmara Municipal. Após o conjunto de dúvidas que lançámos e as notícias dos jornais que a seguir apareceram, nomeadamente o facto de terem concorrido mais do que mil candidatos aos vários postos, nunca mais se soube nada. Há pelo menos essas mil e tal pessoas (ou grande parte delas), que ainda não sabem hoje ou nem todas sabem qual é a situação do concurso. E mais grave do que isso há uma situação assumida pelo Senhor Presidente da Câmara de ilegalidade face ao contrato que existia com as pessoas que assumiam essas funções antes, e que por via da alteração da Lei, deixaram de poder exercer funções através de recibo verde. O Senhor Presidente disse na altura que havia uma situação de ilegalidade e que este concurso vinha colmatar essa questão. Estávamos a falar de pessoas que estavam, eram pessoas que já trabalhavam para a Câmara.

Portanto a questão que nós queremos saber é por um lado como é que está a situação do concurso público e como é que ele se tem desenvolvido? Se já houve conclusões ou não? E segundo como é que está a situação daquelas pessoas que estavam numa situação de ilegalidade e portanto como é que a situação tem evoluído até aqui?

A segunda questão, pegando na Comunicação do Senhor Presidente, e impulsionado aqui pelos dois estudos que são referidos, um sobre a questão do ambiente que se vive em Aveiro relativamente à questão da recolha de lixo e outro relativamente à questão do melhor município para se viver.

Eu também descobri um estudo, aliás que foi público e apareceu nos órgãos de comunicação social, que tem a ver com o défice das empresas municipais. Por acaso, coincidentemente não vem aqui na Comunicação do Senhor Presidente, que em 219 empresas municipais no país, a Moveaveiro era a empresa com o quarto maior défice do país!?

Estamos a falar de um défice acima dos 8 milhões euros. Estamos a falar de um problema e estamos a falar de contas de 2008, e nós já vamos em 2010. E vai-se aos soluções percebendo que algumas coisas podem vir a acontecer, mas mais uma vez esta Câmara, à semelhança de outros projectos, nomeadamente o Parque da Sustentabilidade, que já reafirmámos suficientes vezes, continua a não ter informação para que possa sobre isso dar um contributo e dar uma opinião. E na Comunicação do Senhor Presidente, depois de estas notícias terem saído há quinze dias, três semanas, um mês, não há menção nenhuma à situação da Moveaveiro!?

Não há, porque o Senhor Presidente não fez qualquer intervenção e portanto procurámos alguma informação sobre esta questão e não existe.

Para além de tudo, continuam a ser críticas as situações e a instabilidade que se vive, relativamente aos funcionários da Moveaveiro e, portanto, era importante de alguma forma o Senhor Presidente dissesse a esta câmara e dissesse aos cidadãos, como é que está a situação? E o que é que esta Câmara defende relativamente ao futuro da Moveaveiro e que defina e que assuma uma posição para que nós próprios também possamos divulgar a nossa e contribuir para uma boa solução. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [088](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, primeiro antes de entrar na apreciação que também quero fazer às questões de política local, só fazer uma pequena referência ao facto de que realmente todos os assuntos nos merecem maior respeito para que possam ser discutidos de uma forma aberta e coerente nesta Assembleia. E por isso, nós temos mesmo a obrigação de tratar os diferentes assuntos que aqui nos são trazidos à Assembleia da maneira mais correcta. E por isso, nós entendemos que quando alguém quiser tratar um assunto seja ele de ordem mais política, seja ele e de política nacional, de política social, de costumes ou de assuntos municipais, o deve fazer de uma forma fundamentada.

Bom, pode ser de uma forma fundamentada para nos atrair realmente à bondade da proposta ou pode também ser como muitas vezes também tem acontecido aqui, ser trazido o assunto de uma forma em que automaticamente nos confronta e nos agride naquilo que são alguns dos nossos princípios básicos e fundamentais da nossa filosofia de vida. E por isso, mesmo esses assuntos merecem-nos toda a consideração de serem tratados numa Assembleia.

Agora, devem ser feitos de modo a que nós nos possamos preparar, para da melhor maneira os podermos argumentar e eventualmente contra argumentar. Achamos que o Período de Antes da Ordem do Dia é para tratar assuntos em que nos possamos unir acerca de votos de louvor, acerca de outro género de questões, em que nós saibamos que

pelos pressupostos nós estejamos em grande maioria de acordo e hoje aquilo que se passou não foi esse o caso.

Passando agora aos assuntos que realmente dizem respeito a este primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos. De registar a realização de mais uma Feira do Livro. Também eu fiquei desapontado pela fraca adesão que houve à Feira do Livro!

Como é hábito, todos os anos eu visito a Feira do Livro, aliás eu espero pela Feira do Livro de Aveiro, para a seguir poder ir à Feira do Livro do Porto e este ano mais uma vez fiz isso. E aquilo que me parece é que o local é o local certo. Eu acho que o Rossio é o local certo para se poder realizar a Feira do Livro. Agora, acho é que temos que encontrar também formas é de ter livros que possam ser vendidos àqueles que os queiram comprar. E hoje em dia com a oferta de livros que há no hipermercados e num conjunto de livrarias que aparecem um pouco, felizmente um pouco por todo o lado, e até há muitos livros até já a vender em quiosques onde se vendem também os jornais, felizmente hoje temos uma grande oferta de livros, por isso tem que haver na Feira do Livro ‘novidades’; tem que haver novidades editoriais e alguma venda de livros mais alternativos.

Por isso mais uma vez eu passei pela Feira do Livro, praticamente não comprei nada em Aveiro e trouxe uma saca cheia de livros indo ao Porto. Quer dizer que houve uma série de títulos que não encontrei em Aveiro e que me agradaram no Porto. Quer dizer, isto também deve ser reflectido pelos próprios livreiros, porque os livros que estão à venda no supermercado ou no hipermercado já as pessoas têm — queremos é encontrar livros que sejam diferentes. Isso é uma reflexão que aqui fica.

A outra reflexão também tem a ver com aquilo que foi apresentado no Período de Antes da Ordem do Dia pelo Partido Socialista e que eu retomo. Retomo, retomo e tem a ver com aquela projecção da factura da água.

Eu acho que se calhar ainda está muito fresco, ainda é muito cedo, para nós podermos fazer uma reflexão e termos dados concretos sobre se realmente vamos ter um aumento da factura generalizado ou não vamos.

Se foi benéfico ou não foi benéfico para o município. Ou seja, se as expectativas que houve na adesão às Águas da Região de Aveiro, se as expectativas foram realmente cumpridas e nós realmente podemos então dar-nos por satisfeitos realmente esta adesão ou se já há motivos de preocupação?

Parece-me que ainda é relativamente cedo, mas parece-me que também uma vez que foi suscitada aqui esta reflexão e eu também quero aderir a ela.

E gostaria também de perguntar à Câmara se já há dados que nós possamos ter acerca de se houve no município de Aveiro alguns aumentos generalizados? Ou se podemos ter também casos em que tenha havido reduções não é? Foi aqui apresentado um aumento. Está bem. Mas se calhar dependendo do escalão pode ter havido reduções. Por isso eu gostaria de perceber melhor como é que a facturação neste momento evoluiu. Quais foram essas diferenças que já se verificaram, pelo menos ao fim de um mês?

E outra questão que realmente nos preocupa e essa aí já podemos ter dados realmente concretos, tem a ver com o número de trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Aveiro que aderiram a esta nova empresa. E por isso, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara nos pudesse dar realmente esses dados. Quantos foram o número de trabalhadores que na realidade ficaram na Câmara ou eventualmente nos SMA's e saber qual vai ser realmente o futuro dos SMA's.

Realçar que nesta Comunicação do Presidente da Câmara, ao contrário daquilo que tem sido prática, havia um relatório sempre dos Serviços Municipalizados de Aveiro e que desta vez não aparece!?

Pronto, eram estas as questões que gostaria de trazer aqui, contribuindo então para o esclarecimento e para o debate desta questão da adesão do município de Aveiro às Águas da Região de Aveiro. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Soares e Fernandes ⁰⁸⁹

Vereadora Maria da Luz ⁰⁹⁰

Vereadora Ana Neves ⁰⁹¹

Vereador Carlos Santos ⁰⁹²

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁹³

Presidente da Câmara ⁰⁹⁴

“Senhores deputados, com uma equipa excelente como esta sai altamente facilitada a vida daquele que têm a missão de coordenar essa equipa. Naturalmente que a nossa participação é mais rica porque aprofunda cada tema de uma forma melhor e é também mais agradável, porque à uma da manhã ouvir só esta voz seria efectivamente dramático para todos, porque isto é uma Assembleia.

Cinco questões. Em relação ao António Regala dizer que na Assembleia anterior tomámos a devida nota daquela que foi a sugestão ou a proposta levantada pelo Dr. António Salavessa. Tomámos nota dela em relação aos documentos — e há algumas coisas que faltam aqui assim, devido ao curto período de tempo que decorreu. Ainda não foi possível dar satisfação a esse pedido, mas naturalmente que essa proposta, porque é pertinente, como é habitual vinda da vossa bancada, vamos procurar cumpri-la.

Para o Sr. Sesnando de Requeixo. Felicitá-lo pela iniciativa que teve. Dizer o óbvio. É que são iniciativas destas, concretas, que fazem, são decisivas, para o futuro da Pateira.

Dizer-vos também que tenho acompanhado ao longo destes anos a paixão que o senhor Sesnando tem pela Pateira. E mais do que a paixão, o conhecimento profundo que tem da Pateira! O que tem acontecido de bom na Pateira deve-se ao Senhor Sesnando. E acredito que com o Senhor Sesnando, a Pateira recuperou uma coisa que tinha perdido há muitos anos — foi a esperança.

Quanto ao Campus da Justiça a adjudicação pelo Ministério da Justiça, esteve para acontecer em Abril e Maio. É naturalmente um processo muito complexo. Foi um concurso concessão/construção/arrendamento. Há diversas propostas. Acredito perfeitamente não é fácil tomar a decisão que estamos a acompanhar naturalmente e esperemos para breve uma decisão final pela parte do Ministério da Justiça.

Quanto à questão aqui afluída sobre o Centro Cultural e o Teatro Aveirense. Houve aqui uma acusação ou uma dupla acusação, foi que em Aveiro há um défice cultural!? Isto é, temos pouca cultura! E é dado o exemplo concreto para esse défice cultural que estamos a promover iniciativas culturais em dois locais. Estamos a duplicar as iniciativas. Portanto há aqui uma acusação que é contraditória! Temos pouca cultura e duplicamos as iniciativas na área da cultura!? Portanto temos défice e temos excesso de cultura em simultâneo — o que não se deixa de registar. Parece, para um avaliador neutro ou distante, irá concluir que temos a cultura necessária porque nem é em falta nem é em excesso.

A última questão das SCUTs, que é a questão mais candente aqui colocada, e quanto à afirmação que foi proferida de que a Câmara demorou muito tempo a reagir.

Dar nota ou relembrar que já começámos a reagir a este assunto das SCUTs em 2007. Porque já em 2007 houve uma primeira tentativa do Governo para implementar as SCUTs. E houve na altura, até em órgãos de comunicação, em diversos órgãos de comunicação, tomámos as nossas posições em relação ao assunto.

E reagimos outra vez em Maio de 2009 quando começaram a surgir aí uns pórticos. Reagimos questionando e procurando saber qual era o fim, o objectivo, da instalação daqueles equipamentos. A resposta foi (como sabem, já aqui falámos na Assembleia) o silêncio.

Portanto, durante diversos meses ficámos a pensar se seria uma questão estética talvez, mas pelo menos não havia razão nenhuma que tivesse a ver com portajar aquelas vias com a instalação dos pórticos.

Como sabem, também ficámos descansados, porque na campanha eleitoral houve compromissos assumidos pelos partidos, e ficámos muito mais descansados quando depois de eleito, o Governo, que tem o seu programa e no seu programa reafirma os mesmos princípios da campanha de que as SCUTs não iam ser portajadas a não ser que ultrapassassem ou que respeitassem aqueles critérios. Portanto fomos sempre tomando posições. E tomámos também e reafirmámos a nossa posição agora, quando aquela expressão que é cara, não sei se o Dr. Marques Pereira se o Senhor Dr. Pires da Rosa, que é “quando o Governo deixou cair a máscara”. Aquilo que afinal não era para portajar, cabia o compromisso de não ser portajado. Depois apareceu felizmente uma crise, surge um PEC que vai depois afinal obrigar a fazer uma coisa que parecia não ser intenção e a vontade de quem estava no Governo — apesar de ter os pórticos já instalados há quase um ano para esse fim.

Mas pronto, surgiu a crise, então a crise veio justificar a criação e a instalação do portajar desses troços. Relembrar também que a própria Assembleia aqui tomou uma posição forte, firme e clara, em relação a esse assunto, e que fez chegar também a todas as entidades.

Tomámos pessoalmente também as nossas atitudes no local próprio, perante a pessoa própria, o Secretário de Estado, a quem expusemos os nossos pontos de vista.

Assumimos uma posição pública num documento que fizemos divulgar. Documento que também fizemos chegar à Assembleia da República e ao Ministério, em que traduz a síntese final deste processo.

A questão é: o que temos que fazer para ter eficácia? E para ter resultados? Não é propriamente para fazer folclore. Neste momento, como sabem a decisão deste processo está na Assembleia da República. É a Assembleia da República, já não é o Governo, quando aqui há pouco era dito para falar com o Governo, insistir com o Governo, neste momento a decisão final em relação à questão das Scut's está na Assembleia da República. E se queremos influenciar a decisão que venha a ser tomada, essa influência tem de ser exercida na Assembleia da República.

E nós temos aqui em Aveiro, penso que quinze ou dezasseis deputados eleitos por Aveiro na Assembleia da República.

Parece-nos que é importante, é decisivo, é fundamental, que esses deputados no local próprio, que no momento próprio, ajustado, em que esses assuntos sejam discutidos, sejam votados, devam tomar uma posição que possa defender não só Aveiro, também naturalmente, mas também todo este processo das Scut's.

Dar também nota, e porque tenho o dever de o fazer em relação aos apelos que aqui foram feitos para aquelas atitudes de desmanchar e partir e não sei quê!

É evidente que o único apelo que alguém que está a exercer funções executivas ou deliberativas pode fazer é um apelo naturalmente de bom senso. Não é enveredar por esse caminho!

Estamos num estado de direito. Há leis que nós temos que cumprir, há regras, há deveres que nós temos naturalmente que cumprir.

Temos legitimidade à indignação. Mas temos naturalmente que vencer não pela razão da força, mas pela força da razão.

Ultima nota em relação a isto para reafirmar o que foi aqui dito já há dois meses pela nossa parte. O que mais impressiona neste processo é o que na altura foi designado aqui como o amadorismo confrangedor com que ele é conduzido.

Reparem que nós estamos no dia um de Julho. Sim, já é um de Julho, era o dia marcado para se iniciar os pagamentos, e ainda não se sabe muito bem se há isenções, se são

muitas, se são poucas, os que vão ser isentos, se há chips, se não há chips. Bom isto é uma imagem que passa.

Eu penso que não fica bem a quem desempenha funções políticas, porque na imagem somos todos afectados naturalmente.

O cidadão não percebe como é que num processo destes, com esta importância, com este impacto, com estas consequências, se ande aqui assim a tergiversar com usos e avanços e não saiba mesmo. E conclusão, dá a ideia que neste processo não somos nós que reagimos tarde, o que nos parece é que é o Governo que decide tarde. É o Governo que decide a más horas e é o Governo a avaliar por este caso que decide mal. Este caso é pragmático quanto a isso. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁹⁵

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁹⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁹⁷

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰⁹⁸

Vogal Carlos Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁹⁹

“Referiu que a AdRA transferiu três milhões aproximadamente no dia 31 de Maio. Como esta Comunicação do Senhor Presidente da Câmara se reporta a Abril e Maio, presumo que esses três milhões de euros estejam aqui reflectidos nas “Receitas” que estão aqui identificadas. E a minha questão é muito simples: eu gostaria de saber como é que classificaram esses três milhões de euros, se em Receitas Correntes, se em Receitas de Capital, se em Outras Receitas?

É que a questão não é insignificante. E a minha pergunta é a mesma. É se os senhores estão a utilizar Receitas Não Correntes para cobrir Despesas Correntes? Porque isto um dia a história vai acabar mal necessariamente!? Necessariamente. Se continuarem com este procedimento, que eu não estou a afirmar mas estou a questionar, isto um dia a história vai acabar mal, porque os senhores vão deixar de ter ao vosso dispor Receitas Não Correntes para cobrir Despesas Correntes.

Portanto esta é uma das questões que eu gostaria de obter é a forma como classificaram esses três milhões que vieram da AdRA, visto que foi recebido a 31 de Maio? Volto a repetir, esta Comunicação diz respeito a Abril e Maio e, portanto, os três milhões estão reflectidos ou não, aqui nestas Receitas? E como é que classificaram essas Receitas? Não estão!”

Da Câmara Municipal

Vereadora Ana Neves ⁰¹⁰⁰

“Senhor deputado, como sabe a Comunicação é apenas até 31 de Maio, mas a Contabilidade não lança os dados em quinze dias úteis. Portanto é mais que normal que não esteja lançado a esta data.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Picado (PS) ⁰¹⁰¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁰²

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰¹⁰³

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁰⁴

“Senhor Presidente, há notícias que surgiram, veio nos jornais e a nossa informação não é essa (não deve ser essa), que houve entrega ou transferências de fundos Aveiro/Expo!? Mas na Comunicação não há nada. Eu estou a questionar se é verdade ou se não é verdade essa situação — até porque Aveiro/Expo empresa municipal, tem sido uma empresa que não deve ter dificuldades desse carácter económico.”

Da Câmara Municipal

Vereadora Ana Neves ⁰¹⁰⁵

Presidente da Câmara ⁰¹⁰⁶

“António regala, não temos neste momento informação rigorosa para dar — depois poderemos oportunamente fazê-la chegar ao Regala está bem?”

Em relação ao Taboeira e penso que acabamos bem. O Taboeira é um clube dinâmico, com uma actividade excepcional. Para dizer que esta semana já reunimos com os dirigentes, com os responsáveis de Taboeira, e que acreditamos muito, pudemos ficar todos com muita esperança na conclusão das obras.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰¹⁰⁷, deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 07 de Julho (4.^a feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 01 de Julho de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)